

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.044 - SP (2019/0301020-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
GUSTAVO PICCHI - SP311018
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de RODRIGO RIBEIRO DOS SANTOS contra acórdão, do Tribunal de Justiça de São Paulo que converteu o julgamento do Agravo em Execução n. 0003711-71.2019.8.26.0996 em diligência, determinando a realização do exame criminológico para possível concessão da progressão de regime, assim ementado:

"Agravo em execução. Indeferimento para o regime semiaberto. Necessidade de realização de exame criminológico. Conversão do julgamento em diligência para esse fim." (fl. 63)

O voto condutor do acórdão impugnado assentou:

Ao receber o recurso citado, o Tribunal de Justiça Bandeirante manifestou-se da seguinte forma:

"É certo que, com as alterações trazidas pela lei 10.792/03 ao artigo 112 da Lei de Execução Penal, o exame criminológico deixou de ser requisito obrigatório para fins de progressão de regime. A nova redação do referido artigo exige para a concessão da progressão um requisito objetivo - o cumprimento de um sexto da pena - e um requisito subjetivo - a apresentação de atestado de boa conduta carcerária firmado pelo diretor do estabelecimento prisional.

Todavia, a Lei de Execução Penal não exige, para a progressão, apenas o cumprimento de lapso temporal e bom comportamento carcerário. Não é bem assim; se o fosse, a lei seria inconstitucional: ao transformar o juiz em mero 'despachante', que se limitaria a "carimbar" a decisão previamente tomada pela autoridade administrativa, estaria ela infringindo o princípio da individualização da pena e, principalmente, o artigo 5º, XXXV, pois subtrairia À apreciação

Superior Tribunal de Justiça

do Poder Judiciário a possibilidade de ameaça ao direito do cidadão à segurança. e não se pense que se trata, este, de argumento especioso, meramente retórico; basta imaginar algumas das hipóteses possíveis para verificar sua relevância.

[...]

Nesse sentido, o Supremo Tribunal federal já decidiu em 'Habeas Corpus' relatado pelo Ministro Ricardo Lewandowski:

'I - A obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer multidisciplinar da Comissão Técnica de Classificação, para fins de progressão de regime de cumprimento de pena, foi abolido pela Lei 10.792/03.

II - Nada impede, no entanto, que, facultativamente, seja requisitado o exame pelo Juízo das Execuções, de modo fundamentado, dadas as características de cada caso concreto.'

[...]

De tal sorte, converto o julgamento em diligência, para que se realize o exame criminológico. depois, poderá o digno juízo a quo reexaminar a questão, querendo; não é, à evidência, obrigado a fazê-lo, ante o princípio do livre convencimento." (fls. 64/66)

Consta dos autos que o paciente cumpre pena privativa de liberdade de dezesseis anos, oito meses e vinte e três dias de reclusão, pelos crimes de roubo majorado, estupro e lesão corporal (no contexto de violência doméstica). Consta que já cumpriu 1/4 da pena, cujo término está previsto para 28 de outubro de 2030.

No presente *writ*, a defesa afirma que o paciente cumpriu os requisitos para progressão de regime, além de defender a desnecessidade do exame criminológico. Para tanto, alega:

"Dessa forma, restando o gravame suportado pelo paciente, haja vista não existir elementos suficientemente comprovados a ensejar a necessidade da realização do exame criminológico - que sequer possui bases científicas e critérios racionalmente apreensíveis -, tanto que o magistrado a quo houve por bem dispensá-lo, não pode o Tribunal recomendar a sua realização, pelos motivos já expostos, de modo que se socorre a esta Augusta Corte para modificação do acórdão que determinou a diligência pericial como condição prévia à reanálise do direito prisional ora pleiteado." (fls. 11/12)

A impetrante, desta forma, requer, em liminar e no mérito, a suspensão do

Superior Tribunal de Justiça

exame criminológico e a progressão de regime.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus bonus iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Devidamente instruídos os autos, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator